

**FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ – FAACZ  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MATEUS DA SILVA PIMENTEL  
HÉLBERT CRUZ COSTA**

**A CONTRIBUIÇÃO FISCAL DE EMPRESAS DE GRANDE  
PORTE E A SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA DE ARACRUZ**

**ARACRUZ  
2023**

**MATEUS DA SILVA PIMENTEL**

**HÉLBERT CRUZ COSTA**

**A CONTRIBUIÇÃO FISCAL DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE E A  
SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA DE ARACRUZ**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Aracruz, FAACZ.

Orientador: Prof. MSc. Izaque Vieira Ribeiro

**ARACRUZ**

**2023**

Dedico este trabalho a todos os contribuintes, que de uma forma ou de outra, sempre têm a esperança de que algum tempo haverá uma gestão pública eficiente, fazendo com que esta cumpra o seu papel diante da sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, pois sem ele não estaríamos onde estamos hoje. E a todas as pessoas envolvidas em nossos crescimento pessoal e profissional.

“O preço que o homem de bem paga por não se envolver em política é ser governado pelos mal-intencionados.” Platão

## **RESUMO**

O recolhimento tributário municipal é um dos principais fatores que colaboram para que se tenha uma gestão pública eficiente com retornos à sociedade, em forma de regalias, um melhor atendimento na saúde, uma educação de qualidade e maior segurança. O presente trabalho visa analisar os fatores que influenciam no crescimento do município de Aracruz-ES através da arrecadação de impostos recolhido das empresas de grande porte. A metodologia adotada no presente estudo possui uma abordagem qualitativa, inserida numa perspectiva descritiva analítica por meio de um estudo de caso no município de Aracruz-ES.

**Palavras-chave:** Gestão Tributária. Administração Pública Municipal.

## **ABSTRACT**

Municipal tax collection is one of the key factors contributing to efficient public administration with returns to society, in the form of benefits such as improved healthcare, quality education, and enhanced security. This study aims to analyze the factors influencing the growth of the municipality of Aracruz-ES through the tax collection from large companies. The methodology adopted in this study employs a qualitative approach, embedded in a descriptive-analytical perspective through a case study in the municipality of Aracruz-ES.

**Keywords:** Tax Management. Municipal Public Administration.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Maiores indústrias em Aracruz/ES .....	32
Tabela 2 - Empresas em Aracruz/ES por Porte Empresarial .....	33

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	13
2.1 Sistema tributário nacional .....	15
2.1.1 Conceito de Tributos e Espécies Tributárias .....	15
2.2 Tributação municipal de aracruz .....	17
2.3 Gestão pública municipal .....	17
2.4 Condicionantes da arrecadação tributária municipal .....	19
2.5 Empresas de grande porte .....	19
2.5.1 Desvendando os segredos do porte empresarial: descubra as diferentes classificações e como são definidas em diversas instituições .....	22
2.5.2 Como definir o porte de uma empresa? .....	22
2.5.3 O que determina o porte de uma empresa? .....	23
2.5.4 Quais os tipos de porte de empresas? .....	23
3 METODOLOGIA .....	25
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	26
4.1 Demonstrar como a contribuição fiscal de empresas de grande porte influencia na economia de Aracruz .....	26
4.2 Identificar e Analisar os mecanismos de arrecadação dos impostos no município de Aracruz; .....	27
4.3 Verificar os fatores que contribuem para o aumento da receita tributária municipal. ....	28
4.4 Observar as características tributárias dos impostos municipais. ....	30
CONCLUSÃO .....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	36

## 1 INTRODUÇÃO

Os impostos são um dos instrumentos da política fiscal, aplicados pelo governo para arrecadar receitas e realizar despesas, pois cumprem três funções: estabilização macroeconômica, promovendo o crescimento econômico com baixo desemprego e controle da inflação; a redistribuição de renda, tornando-a justa; e a alocação de recursos, que consiste na provisão de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado (Tesouro Nacional). Segundo Santos (2014, p.33) “a União, Estados e Municípios são dotados de forma autônoma de uma política fiscal, que lhes permite administrar as receitas arrecadadas e as despesas executadas do setor público”.

Segundo Peronico e Cabral (2011), existem duas formas de política fiscal: primeiro, é uma política expansionista que é realizada pelo aumento dos gastos públicos ou diminuição da tributação, aumentando a renda disponível das famílias e empresas, e a segunda é a contracionista que é a diminuição de gastos e aumentos de tributação reduzindo a renda disponível das famílias e empresas.

A qualidade de vida de uma população está relacionada à renda e à política fiscal que podem desempenhar um papel nessa área, aumentando o pagamento das transferências de rendas para a população com rendimentos menores e redirecionando aos gastos sociais. (PERONICO; CABRAL, 2011; SANTOS; ANDRADE, 2012). Para Slomski e Scarpin (2010), em tese, quanto maior o investimento, melhor o bem-estar da população.

As arrecadações efetuadas referem-se aos tributos, sendo compostas por: impostos, taxas, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios. Cada esfera de governo tem competência constitucional para instituir e arrecadar esses tributos. Em casos extremos, o governo pode instituir empréstimos compulsórios, que são tributos cobrados com o objetivo de arrecadar recursos para uma finalidade específica. Eles são previstos em lei e geralmente são utilizados em situações de guerra, calamidades públicas ou outras emergências. As despesas executadas pelo governo são realizadas principalmente pelos gastos públicos, que são classificados em 28 funções de governo existentes<sup>1</sup>. O objetivo dos gastos públicos é atender às

---

<sup>1</sup> Segundo a MPOG 42/99 as 28 funções de governo são: Legislativa, Judiciária, Essencial à

necessidades da sociedade e promover o bem-estar geral.

A instituição dos impostos não ocorre de forma aleatória, a Constituição Federal (CF) apresenta os fatos e bases econômicas sobre os quais estes devem ser criados. A doutrina ainda afirma que os impostos são de competência privativa, o que significa que somente a pessoa a quem a Constituição atribui determinado imposto poderá criá-lo (Paulo e Alexandrino, 2011, p. 968). A CF de 1988 atribui aos municípios inúmeras responsabilidades com o objetivo de promover o bem-estar da população, em seu Art.30 diz que compete aos municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Neste sentido, o enfoque deste trabalho será no inciso III, na instituição e arrecadação de tributos. Direcionando o estudo sobre a análise da arrecadação do imposto de maior representatividade no município de Aracruz, o IPTU, o ISS e o ITBI.

---

Justiça, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. (SANT'ANNA, 2006).

A contribuição fiscal de empresas de grande porte desempenha um papel significativo na economia de Aracruz, como em qualquer outra região. Essas empresas, ao estabelecerem operações no município, não apenas geram empregos, mas também contribuem substancialmente para o desenvolvimento econômico local por meio do pagamento de impostos e outras obrigações fiscais. Vamos explorar como essa contribuição impacta positivamente a economia da cidade.

Em primeiro lugar, as empresas de grande porte são frequentemente responsáveis por uma parcela considerável da arrecadação de impostos municipais. Esses recursos são essenciais para financiar os serviços públicos locais, como educação, saúde, infraestrutura e segurança. Ao pagar impostos sobre a propriedade, impostos sobre a folha de pagamento e outros tributos, essas empresas contribuem diretamente para a capacidade do município em oferecer serviços de qualidade à população.

Além disso, a presença de grandes empresas gera um efeito multiplicador na economia local. Elas criam empregos diretos e indiretos, promovendo a geração de renda e aumentando o poder de compra dos residentes. Os funcionários dessas empresas, por sua vez, contribuem para a economia local ao consumirem bens e serviços na comunidade.

Outro ponto relevante é o impacto positivo na infraestrutura. Empresas de grande porte frequentemente investem em melhorias nas condições de infraestrutura local, como estradas, redes de energia e saneamento. Esses investimentos não apenas beneficiam as operações da empresa, mas também melhoram a qualidade de vida para os residentes locais.

Além disso, a presença de empresas de grande porte pode atrair outras indústrias e investimentos para a região. Isso cria um ambiente propício para o crescimento econômico sustentável, diversificando a base econômica do município.

No entanto, é crucial que a relação entre as empresas e a comunidade seja equilibrada. Isso implica em práticas corporativas responsáveis, como a promoção de boas condições de trabalho, respeito ao meio ambiente e participação ativa em iniciativas sociais.

Resumindo, a contribuição fiscal das empresas de grande porte em Aracruz vai além do pagamento de impostos; ela se traduz em benefícios tangíveis para a comunidade, impulsionando o desenvolvimento econômico, gerando empregos, melhorando a infraestrutura e contribuindo para a prosperidade do município.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Soares, Gomes e Filho (2011) finanças públicas é a disciplina que estuda a gestão dos recursos públicos pelo Estado, visando atender às necessidades da coletividade e do interesse público. Isso envolve a instituição, gerenciamento e aplicação dos recursos financeiros e materiais disponíveis para a execução das políticas públicas, bem como o controle e monitoramento dos gastos públicos.

No âmbito municipal, o poder público tem o papel de garantir que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma correta e eficiente, visando atender às demandas da população e promover o desenvolvimento do município. Para isso, é importante priorizar os gastos públicos de forma estratégica e estudar formas de aumentar a receita municipal, seja por meio de tributos, parcerias público-privadas ou outras iniciativas. O ente municipal é responsável pela aplicação desses recursos de forma correta, priorizando a melhoria dos gastos públicos e ao mesmo tempo estudando formas de aumentar sua receita.

O presente trabalho se torna relevante devido à crescente participação dos municípios que a partir da CF de 1988, onde houve um aumento significativo da participação dos municípios no processo de descentralização de recursos e na ampliação de suas competências. Esse processo foi importante para fortalecer a autonomia dos municípios e permitir que eles tivessem maior capacidade de atender às demandas da população de forma mais eficiente e efetiva. A autonomia política, administrativa e financeira concedida aos municípios permitiu que eles tivessem maior liberdade para gerenciar seus próprios recursos, elaborar políticas públicas mais adequadas às necessidades locais e atender às demandas específicas de suas populações. No entanto, essa maior autonomia também trouxe novos desafios para os gestores públicos municipais, que precisam estar preparados para gerenciar esses recursos de forma eficiente e transparente, garantindo que as demandas da população sejam atendidas de forma adequada. Por isso, é fundamental que os municípios invistam em capacitação e formação para seus gestores públicos, além de adotar práticas de gestão financeira responsável e transparente, para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada e em benefício da população. (Vieira et al, 2017).

O município é citado por Carvalho (2008), o município é um dos entes federativos com maior potencial econômico, uma vez que é responsável por uma série de serviços e políticas públicas que afetam diretamente a vida da população. De

acordo com Carvalho (2008), uma análise da riqueza gerada dentro do país deve levar em consideração não apenas o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, mas também a distribuição dos tributos e contribuições gerados pelos municípios e o montante de recursos públicos aplicados em cada localidade.

Isso se deve ao fato de que os recursos arrecadados pelos municípios têm uma grande importância na garantia da realização dos direitos e garantias fundamentais da população, tais como saúde, habitação, justiça, segurança pública, dentre outros. Assim, é fundamental que a gestão municipal seja eficiente e eficaz na utilização desses recursos, buscando atender às demandas da população de forma equitativa e transparente.

A principal fonte de receita dos municípios vem da arrecadação de tributos locais, tais como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) e as Contribuições de Melhoria.

Além desses tributos locais, os municípios também recebem transferências financeiras de outros entes federativos, como por exemplo, o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), que é repassado aos municípios de acordo com a proporção de veículos registrados em seu território.

Diante da crescente participação do município nos entes federativos, busca-se analisar neste trabalho de que forma os tributos municipais influenciam na gestão pública municipal, tendo como questionamento: Como a contribuição fiscal de empresas de grande porte influenciam na economia de Aracruz?

Os gestores públicos municipais, juntamente com sua equipe de governo, têm a responsabilidade de encontrar formas de aumentar a receita do município sem sobrecarregar os contribuintes, uma vez que este deseja através do pagamento de suas obrigações para com o município ter sua contraprestação.

Este trabalho tem como justificativa a relevância que uma boa gestão pública tributária traz, de forma que contribua para a geração dessas receitas, assim como analisar a importância dos fatores da arrecadação dos impostos municipais do município de Aracruz.

## 2.1 Sistema tributário nacional

O conjunto de leis e normas que regulamentam a arrecadação de impostos no país é conhecido como sistema tributário nacional e pode ser definido como: “[...] conjunto de tributos vigentes em um país em determinada época, e das regras jurídicas que os disciplinam.” (ROSA JÚNIOR, 2006, p.188 apud FERREIRA, A., 2007, p.14). As regras jurídicas que disciplinam os tributos podem ser encontradas na CF de 1988, na Lei 5.172 de 1966 chamadas de Código Tributário Nacional (CTN) e demais leis complementares criadas para disciplinar tributos específicos. Já o conteúdo do CTN pode ser descrito por Silva et al. (2005, p.4):

O CTN, além das disposições gerais, institui os tributos federais, definindo o fato gerador, a base de cálculo, e o contribuinte ou substituto tributário, dentre outras disposições específicas. Por sua vez, o CTN é regulamentado por outras leis, que disciplinam alíquotas, isenções, imunidades, não incidências, etc., respeitando sempre o disposto na CF. Os Estados e Municípios instituem, mediante lei, os tributos estaduais e municipais, definindo o fato gerador, a base de cálculo, e o contribuinte ou substituto tributário, alíquotas, isenções, imunidades, não incidências, etc.

Depois de examinar as leis que abordam os tributos, é necessário lembrar, como destaca Silva (2005), que não há um sistema tributário universal que possa ser usado como modelo para todos os países, já que cada um deve considerar sua própria realidade econômica, social e cultural.

### 2.1.1 Conceito de Tributos e Espécies Tributárias

A cobrança de tributos é essencial para que os entes da administração pública possam manter a estrutura disponível para a população e realizar investimentos necessários, desde que estejam previstos em lei. Dessa forma, A Constituição Federal estabelece quais tributos são de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios. (Balsanelli, 2011).

No CTN (BRASIL, 1966, pg. 01), mais precisamente no terceiro artigo, é apresentado o conceito de tributo como: “[...] toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”.

Para que a explicação acima possa ser mais clara costuma-se analisar alguns pontos desse dispositivo legal, conforme Oliveira et al.(2007 apud BESSA; LIRA, 2010, p.13), “dispositivo prestação pecuniária e compulsória significa que o contribuinte deve pagar o tributo em moeda corrente, não o podendo fazer por meio de prestação de serviços e esse pagamento é impositivo, ou seja, independe da vontade do contribuinte”. A expressão em cujo valor se possa exprimir quer dizer que os tributos são expressos em moeda corrente nacional (reais). O termo "que não constitua sanção de ato ilícito" significa que o pagamento do tributo não é uma punição aplicada pelo Estado ao contribuinte em razão do descumprimento de uma norma ou desobediência a uma lei. Ao contrário, os tributos são uma obrigação imposta pela lei que deve ser cumprida pelo contribuinte como uma forma de financiar os gastos públicos e garantir o funcionamento dos serviços e atividades do Estado. Em outras palavras, o pagamento do tributo é uma obrigação legal, e não uma penalidade por um ato ilícito.

A parte estabelecida em lei deve-se ao fato de que devido ao princípio da legalidade só pode haver obrigação de pagar um tributo se uma lei ou norma com força legal assim prever. Por último temos a expressão cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada significa que a cobrança do tributo deve ser realizada de acordo com o que está estabelecido na legislação de forma objetiva, sem margem para escolha ou discricionariedade por parte da autoridade fiscal. Isso garante que a arrecadação seja feita de maneira justa e transparente, evitando abusos ou favorecimentos indevidos por parte da administração pública.

No que se refere às espécies tributárias, seguindo o entendimento atual do STF, que utiliza a classificação quinquipartida, podemos afirmar, de acordo com Paulo e Alexandrino (2011), que o sistema tributário brasileiro é composto por:

1. Impostos;
2. Taxas;
3. Contribuições de melhoria;
4. Empréstimos compulsórios;
5. Contribuições especiais

Destes tributos, será objeto de estudo deste trabalho os Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN; Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU; Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos", - ITBI.

## 2.2 TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL DE ARACRUZ

Conforme a lei nº 2521, de 19 de dezembro de 2002, Art. 3º, fazem parte do Sistema Tributário do Município de Aracruz:

I - Os impostos:

a) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

O fato gerador do ISSQN é a prestação de serviço constante da Lista de Serviços realizada por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, tendo como base calculo o preço do serviço efetivamente realizado.

O ISSQN pode ser recolhido mensalmente a partir de uma alíquota que varia de acordo com o serviço prestado, pelo valor estimado pela Fiscalização ou ainda de forma anual, a partir de um valor fixo atribuído a cada atividade.

As alíquotas variam de 2% (alíquota mínima) a 5% (alíquota máxima) incidentes sobre o faturamento das empresas prestadoras de serviço ou estabelecimentos bancários e de crédito.

b) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município (art. 32 do CTN )

c) Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, por ato Oneroso de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos à sua Aquisição – ITBI.

O fator gerador do imposto sobre transmissão intervivos de bens, imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro. Se o ITBI incide sobre a transmissão de bens imóveis e essa transmissão só se dá com o respectivo registro na serventia imobiliária, então será esse o fato gerador do ITBI.

## 2.3 Gestão pública municipal

Conforme Balsanelli (2011, p.64), a palavra gestão é frequentemente 'associada à administração, mas na área pública, de maneira não oficial, é utilizada para se referir a um conjunto de métodos aplicados ao controle. O art. 6º do Decreto-lei nº 200/67 estabelece que as atividades da Administração Federal devem seguir

princípios específicos, o que gerou uma reforma na maneira como os órgãos públicos são gerenciados.

I - Planejamento.

II - Coordenação.

III - Descentralização.

IV - Delegação de Competência.

V – Controle.

Com isso, não apenas os órgãos federais, mas também os municípios se viram obrigados a prestar contas de forma mais transparente à sociedade, especialmente com a troca cada vez mais frequente de informações. Além, deste decreto cabe aqui citar a Lei de Responsabilidade Fiscal n °101 de 2000, que buscou tratar do equilíbrio entre a receita e despesas.

Alves (2009), ainda destaca que com a chegada da LRF, as Prefeituras precisaram aumentar suas receitas para oferecer serviços de qualidade. Foram adotados dois caminhos pelos Municípios: buscar alterações na legislação tributária e aprimorar seus processos de tributação. No âmbito jurídico, o município obteve importantes conquistas: o percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi ampliado; o IPTU passou a ter uma progressividade de acordo com o valor do imóvel, e a permissão de alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel; a possibilidade, por meio de convênio com a União, de assumir a administração e o recebimento do total do Imposto Territorial Rural (ITR); a participação na arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico(CIDE); a instituição da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação; a edição de nova lei complementar regrido a tributação do ISS, ampliando a lista de serviços sujeitos ao imposto, permitindo aos 11 Municípios a eleição do responsável como substituto do contribuinte e já definindo, em alguns casos, o tomador dos serviços como responsável pelo seu pagamento.

E ainda de acordo com o mesmo autor, as receitas municipais, desde a promulgação da Constituição de 1988, vêm apresentando um crescimento constante em decorrência de vários fatores: melhoria na administração dos tributos próprios, programas de financiamento para a modernização da área tributária e, com certeza, o fator mais importante, a redefinição da distribuição da receita tributária entre os entes federativos, estabelecida na nova Carta Magna. [...] É importante ressaltar a importância de uma gestão eficiente da arrecadação onde a própria Constituição

quando, no inciso XXII de seu artigo 37, elege a administração tributária como atividade essencial ao funcionamento do Estado, devendo ser exercida por servidores de carreiras específicas, contando com recursos prioritários para a realização de suas atividades.

#### 2.4 Condicionantes da arrecadação tributária municipal

Silva e Calegari (2015 apud Guarneri (2002, p.18)), afirma que são grandes os desafios enfrentados pelos governos municipais na intenção de melhorar seu desempenho de arrecadação de tributos municipais, apresentando diversos problemas, encontrados em grande parte das prefeituras do país, tais como a defasagem no sistema de processos; cadastros não atualizados que geram impactos diretos na arrecadação municipal; ausência de gestão estratégica para recursos humanos; qualificação de funcionários que não alcançam os objetivos estabelecidos pela sua função; ineficiência do processo de tomada de decisões em função de informações divergentes; recursos tecnológicos não compatíveis com as modernas ferramentas existentes no mercado; o custo de manutenção elevado, devido os sistemas desenvolvidos com tecnologias defasadas; instalações inadequadas para o servidor e atendimento ao cidadão; legislações desatualizadas entre outras situações.

#### 2.5 Empresas de grande porte

Aracruz está situada na região turística Rota do Verde e das Águas do Estado do Espírito Santo, na região Sudeste do Brasil.

É um município turístico de grande importância, beneficiado por uma localização geográfica privilegiada. Suas vantagens logísticas a transformaram em um dos principais polos de negócios do Estado.

No âmbito econômico, Aracruz se destaca pelos setores desenvolvidos e altamente competitivos, com ênfase nas áreas industrial, portuária, naval e metalmeccânica. Além disso, possui um significativo número de fornecedores de serviços e produtos industriais, capazes de atender às demandas da cadeia produtiva.

##### Setores produtivos

Esses setores evidenciam o dinamismo da economia local, proporcionam sustentabilidade ao desenvolvimento do município, geram empregos, renda e

promovem um ambiente de oportunidades não apenas para novos investimentos, mas também para fortalecer os aspectos sociais.

Papel e celulose.

Suzano

- Líder mundial na produção de celulose de eucalipto,
- Mais de 50 anos instalada em Aracruz,
- Capacidade produtiva de 2,3 milhões de toneladas anuais de celulose
- 9 mil empregos diretos

O foco da empresa não se limita apenas ao plantio de árvores e à produção de celulose, mas também se estende ao crescimento por meio de projetos colaborativos que englobam clientes, fornecedores, colaboradores e as comunidades onde a empresa opera.

A Suzano emprega tecnologia de ponta em seus processos, com uma ênfase clara na sustentabilidade de suas operações.

Portuário

Portocel

- É reconhecido como o mais eficiente do mundo na movimentação de produtos florestais.

- Mais de 40 anos de operação,
- Responde pela movimentação de cerca de 60% da celulose que o Brasil exporta,

- Capacidade para embarcar 72 mil toneladas/dia,
- É referência em baixo custo operacional, segurança e qualidade,
- É o maior demandante de trabalhadores portuários avulsos no Espírito Santo,

- O terminal é controlado pela Suzano e Cenibra,
- Portocel é um dos poucos no Brasil integrados a diferentes modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário, tuboviário (dutos), marítimo de longo curso e cabotagem.

Recentemente, o porto passou por obras de modernização, recebendo melhorias que contribuem para ampliar sua competitividade e o potencial logístico do Espírito Santo e do Brasil.

## Naval

### Estaleiro Jurong (EJA)

O Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) integra a estratégia do Grupo Seatrimum para aprimorar sua competitividade e expandir suas perspectivas de crescimento nas Américas.

Com as significativas descobertas de petróleo e gás nos campos gigantes do pré-sal do Brasil, juntamente com sua proximidade aos campos de petróleo offshore do Atlântico, Golfo do México e África Ocidental, o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) está estrategicamente posicionado para atender a esses setores de alto crescimento.

O estaleiro integrado é equipado com instalações de primeira qualidade, que incluem um cais de atracação de um quilômetro, instalações de tubulação auxiliares e oficinas de fabricação de aço.

Possui o maior guindaste flutuante da América Latina.

O EJA é capaz de realizar a construção de navios-sonda, plataformas semissubmersíveis e jack-up, plataformas de embarcações de suprimento, integração de FPSO e fabricação de módulos topside. Além disso, oferece serviços de reparo em plataformas de perfuração, navios e trabalhos de modificação.

## Metalmeccânico

### Imetame

Fundada em 1980, a Imetame Metalmeccânica atua em todo o país nas atividades de fabricação, montagem e manutenção industrial. A empresa tem presença nos segmentos de celulose e papel, siderurgia, mineração, petróleo e gás.

A empresa está localizada em uma área de 244 mil metros quadrados, no centro de Aracruz. Sua fábrica possui uma capacidade de processamento de mil toneladas por mês. Além disso, a Imetame possui uma base de apoio na orla do município, especializada na montagem e interligação de equipamentos subsea.

## Estel

Com mais de 30 anos de atuação no mercado, a empresa acumulou experiência significativa e tem fornecido soluções eficientes aos clientes. Tornou-se uma importante empresa no Brasil no segmento de montagem e manutenção eletromecânica e instrumentação industrial.

Os principais negócios da empresa incluem:

- Manutenção de motores elétricos industriais, incluindo atmosfera explosiva.

- Manutenção de válvulas industriais.
- Manutenção eletromecânica e instrumentação industrial.
- Montagem eletromecânica e instrumentação industrial.
- Fabricação e caldeiraria.
- Comercialização de materiais elétricos e de instrumentação.

2.5.1 Desvendando os segredos do porte empresarial: descubra as diferentes classificações e como são definidas em diversas instituições

Quando se fala em porte de empresa, estamos tratando de tamanho: existem três maneiras de se medir o porte de uma empresa, levando em consideração fatores como o seu faturamento anual, o número de funcionários que possui e o espaço físico que ocupa. Cada uma dessas métricas pode ser útil em diferentes contextos e para diferentes fins, e é importante entender como elas se relacionam entre si.

No Brasil, os órgãos do governo federal utilizam diferentes modelos de mensuração para classificar o porte das empresas.

É importante diferenciar o porte da empresa do tipo de empresa: enquanto você mede o tamanho da empresa pelo seu porte (podendo ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, etc.), o tipo de empresa indica a formação societária e o tipo de atividade do negócio – e aí entram as Sociedades Limitadas (LTDA), a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), entre outros.

2.5.2 Como definir o porte de uma empresa?

É comum que o porte da empresa seja definido por dados financeiros, como o faturamento anual, para fins de tributação e financiamento. No Brasil, o faturamento anual é um dos principais indicadores utilizados para enquadrar as empresas em diferentes regimes tributários, como o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

No entanto, o número de funcionários e a capacidade produtiva também podem ser utilizados como indicadores do porte da empresa, especialmente em setores como a indústria e a construção civil, onde o tamanho da empresa pode estar relacionado à sua capacidade de produção e ao número de trabalhadores envolvidos.

No seu cartão do CNPJ constará o porte da sua empresa. Você definirá junto com seu contador quanto sua empresa pretende faturar, no momento da abertura. Depois, a cada ano, a Receita Federal verifica o porte a partir da declaração de faturamento.

Cada instituição com a qual seu negócio estiver dialogando poderá definir o porte por uma ótica diferente. Embora o faturamento anual seja a referência mais utilizada, mesmo para fins de tributação as faixas não são sempre definidas com os mesmos valores.

### 2.5.3 O que determina o porte de uma empresa?

Em geral, o que define o porte da empresa são dados associados a algum tipo de movimentação financeira do negócio, como o faturamento, por exemplo, ou dados associados a alguma medida de produtividade, como o número de funcionários contratados.

Várias empresas nascem pequenas e depois crescem, e acabam alterando o porte perante as diversas classificações. É importante ter este dado em dia para que o negócio esteja atento a tributação correta e também para que esteja obedecendo a todas as normas legais, que geralmente são desenvolvidas conforme o porte da empresa.

### 2.5.4 Quais os tipos de porte de empresas?

As empresas são geralmente classificadas em diferentes portes, que podem variar de acordo com o país ou região. No Brasil, as empresas são divididas em cinco portes principais, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006:

- Microempreendedor Individual (MEI): é uma categoria criada em 2009 para formalizar a situação dos trabalhadores autônomos e microempresários com faturamento anual de até R\$ 81 mil. Essa categoria tem uma série de vantagens, como simplificação da tributação e acesso a crédito.
- Microempresa (ME): é uma empresa com faturamento anual de até R\$ 360 mil. As microempresas também têm algumas vantagens tributárias, como a possibilidade de aderir ao Simples Nacional.

- Empresa de Pequeno Porte (EPP): é uma empresa com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões. As EPPs também podem aderir ao Simples Nacional e têm algumas vantagens fiscais e tributárias.

- Empresa de Médio Porte: é uma empresa com faturamento anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões. As empresas de médio porte não têm acesso ao Simples Nacional, mas podem optar por outros regimes tributários.

- Grande Empresa: é uma empresa com faturamento anual acima de R\$ 300 milhões. As grandes empresas têm obrigações fiscais e tributárias mais complexas e geralmente estão sujeitas a uma fiscalização mais rigorosa.

É importante destacar que essas faixas de faturamento podem variar de acordo com a legislação de cada país ou região e também podem ser ajustadas ao longo do tempo.

### **3 METODOLOGIA**

As contribuições fiscais de empresas de grande porte desempenham um papel significativo na economia de Aracruz. Essas empresas geralmente têm uma grande influência nos setores em que vivem e podem impactar tanto positivamente quanto a economia como um todo. Portanto, é importante desenvolver uma metodologia de análise que permita compreender de forma abrangente e precisa a contribuição fiscal dessas empresas e seu impacto na economia. Esta pesquisa tem como objetivo propor uma metodologia para avaliar a contribuição fiscal de empresas de grande porte e analisar como essa contribuição influencia diretamente na economia de Aracruz.

Essa pesquisa está inserida em uma perspectiva descritiva analítica que é aquela que visa apenas observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, sem, no entanto, analisar o mérito de seu conteúdo. Geralmente, na pesquisa quantitativa do tipo descritiva, o delineamento escolhido pelo pesquisador não permite que os dados possam ser utilizados para testes de hipóteses.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Demonstrar como a contribuição fiscal de empresas de grande porte influenciam na economia de Aracruz.

Demonstrar como a contribuição fiscal de empresas de grande porte influencia na economia de Aracruz envolve analisar diversos fatores econômicos e sociais. Vou apresentar uma abordagem geral que pode ser adaptada à realidade específica do município.

### Geração de Empregos:

Empresas de grande porte geralmente são grandes empregadores. Ao oferecerem um número significativo de empregos, contribuem para a redução do desemprego na região. Isso, por sua vez, melhora a qualidade de vida dos cidadãos e estimula o consumo local.

### Renda e Consumo:

Com mais pessoas empregadas, a renda disponível na comunidade aumenta. Esse aumento na renda muitas vezes resulta em um aumento do consumo local, beneficiando os negócios locais, desde pequenos comércios até serviços.

### Infraestrutura:

A presença de empresas de grande porte muitas vezes está associada a investimentos em infraestrutura. Para atrair e manter essas empresas, as autoridades locais podem melhorar estradas, fornecimento de energia, serviços de água, entre outros. Esses investimentos beneficiam não apenas as empresas, mas toda a comunidade.

### Impostos e Receitas Municipais:

Empresas de grande porte geralmente pagam impostos significativos ao município. Esses impostos contribuem para as receitas locais, permitindo que as autoridades financiem serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

### Desenvolvimento Tecnológico e Inovação:

Empresas de grande porte muitas vezes trazem consigo tecnologias avançadas e práticas inovadoras. Isso pode estimular o desenvolvimento tecnológico local, criar oportunidades para pequenas e médias empresas e aumentar a competitividade da região.

#### Responsabilidade Social e Ambiental:

Empresas de grande porte frequentemente estão envolvidas em iniciativas de responsabilidade social e ambiental. Seja por meio de programas educacionais, projetos sociais ou práticas sustentáveis, essas empresas contribuem para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

#### Atração de Investimentos Estrangeiros:

A presença de empresas de grande porte pode atrair investimentos estrangeiros para a região. Isso pode fortalecer a economia local, proporcionar oportunidades de cooperação internacional e aumentar a visibilidade da cidade no cenário global.

#### Diversificação Econômica:

A presença de empresas de grande porte pode ajudar na diversificação da economia local. Isso é especialmente importante para evitar dependência excessiva de setores específicos e aumentar a resiliência econômica do município.

No entanto, é importante destacar que os benefícios não são automáticos e dependem da forma como as empresas são administradas e como as políticas locais são implementadas para maximizar os impactos positivos. Além disso, é fundamental garantir que as empresas operem de maneira ética e sustentável, respeitando os interesses da comunidade e do meio ambiente.

### 4.2 Identificar e Analisar os mecanismos de arrecadação dos impostos no município de Aracruz;

Para compreender os mecanismos de arrecadação de impostos no município de Aracruz, é necessário analisar os principais instrumentos e processos utilizados pela administração municipal para captar recursos financeiros. A arrecadação de impostos é vital para financiar as atividades governamentais, incluindo a prestação de serviços públicos e o investimento em infraestrutura. Aqui estão alguns dos principais mecanismos de arrecadação de impostos em Aracruz:

**Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU):** O IPTU incide sobre a propriedade urbana e territorial. Os proprietários de imóveis em Aracruz são obrigados a pagar esse imposto, cuja arrecadação é destinada para investimentos em áreas urbanas, como saneamento básico, iluminação pública e pavimentação de vias.

**Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS):** O ISS é um tributo

municipal que incide sobre a prestação de serviços. Empresas e profissionais autônomos em Aracruz que oferecem serviços sujeitos a esse imposto são responsáveis por sua arrecadação. A receita do ISS contribui para financiar diversos serviços municipais.

**Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):** O ITBI é um imposto aplicado nas transmissões onerosas de bens imóveis. Ele é cobrado quando há a transferência de propriedade de um imóvel em Aracruz. A arrecadação desse imposto é destinada ao município.

**Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):** Apesar de ser um tributo estadual, parte da receita do IPVA é repassada aos municípios. Assim, o IPVA pago pelos proprietários de veículos em Aracruz contribui para a arrecadação municipal.

**Taxas Municipais:** Além dos impostos, Aracruz também arrecada por meio de taxas, que são valores cobrados em contrapartida pela prestação de serviços específicos ou pela utilização de determinadas estruturas municipais, como taxas de licença e alvará.

**Dívida Ativa e Execução Fiscal:** A cobrança da dívida ativa, que inclui os créditos tributários não pagos pelos contribuintes, é outro mecanismo importante. O município pode adotar processos de execução fiscal para recuperar esses valores, utilizando medidas legais para garantir o pagamento.

**Educação Fiscal e Conscientização:** Programas de educação fiscal são implementados para conscientizar os cidadãos sobre a importância do pagamento correto dos impostos. Essa abordagem visa reduzir a evasão fiscal e promover uma cultura tributária mais sólida.

Esses mecanismos refletem a diversidade de fontes de arrecadação utilizadas pelo município de Aracruz para financiar suas atividades e promover o desenvolvimento local. A eficiência na gestão desses recursos é fundamental para garantir o bem-estar da população e o crescimento sustentável do município.

4.3 Verificar os fatores que contribuem para o aumento da receita tributária municipal.

O aumento da receita tributária municipal de Aracruz, assim como em qualquer município, é influenciado por uma variedade de fatores. Esses fatores podem ser

econômicos, demográficos, administrativos e políticos. Aqui estão alguns elementos que podem contribuir para o crescimento da receita tributária municipal em Aracruz:

**Crescimento Econômico:** O desenvolvimento econômico da região é um dos principais impulsionadores da receita tributária. A abertura de novas empresas, expansão de negócios existentes e aumento da atividade econômica geral resultam em maior arrecadação de impostos sobre a produção, comércio e serviços.

**Valorização Imobiliária:** A valorização dos imóveis na cidade pode aumentar a receita oriunda de impostos sobre a propriedade, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Novos empreendimentos imobiliários e melhorias nas propriedades existentes contribuem para esse aumento.

**Aumento da População Economicamente Ativa:** O crescimento da população economicamente ativa, com mais pessoas trabalhando e gerando renda, pode impulsionar a receita tributária, especialmente por meio de impostos sobre a folha de pagamento.

**Eficiência na Cobrança de Tributos:** Melhorias nos processos de fiscalização e cobrança de impostos podem resultar em uma arrecadação mais eficiente. A implementação de tecnologias e práticas de gestão tributária eficazes pode reduzir a evasão fiscal.

**Investimentos em Infraestrutura:** Projetos de infraestrutura bem-sucedidos, como estradas, transportes públicos e parques industriais, podem atrair mais empresas para a região, estimulando o crescimento econômico e, conseqüentemente, aumentando a arrecadação de impostos.

**Diversificação da Base Econômica:** Uma base econômica diversificada, com uma variedade de setores, pode tornar o município mais resistente a flutuações econômicas e contribuir para uma receita tributária mais estável.

**Políticas de Incentivo Fiscal:** A implementação de políticas que incentivem a instalação de empresas, a geração de empregos e o investimento pode aumentar a arrecadação, embora haja a necessidade de equilibrar esses incentivos para garantir que a municipalidade não sofra com a concessão excessiva de benefícios fiscais.

**Atualização da Legislação Tributária:** Revisões periódicas na legislação tributária municipal para refletir as mudanças na economia e garantir a justiça fiscal podem contribuir para uma arrecadação mais eficiente e equitativa.

**Controle de Despesas:** Manter um controle eficaz sobre as despesas municipais pode influenciar indiretamente a receita tributária, pois uma gestão fiscal

responsável evita déficits que poderiam levar a aumentos de impostos para cobrir déficits orçamentários.

Esses fatores são inter-relacionados, e o sucesso na gestão da receita tributária muitas vezes requer uma abordagem abrangente e colaborativa entre o setor público, o setor privado e a comunidade local.

#### 4.4 Observar as características tributárias dos impostos municipais.

Os impostos municipais são tributos de competência dos municípios, e as características tributárias podem variar de acordo com a legislação de cada país. No Brasil, por exemplo, os principais impostos municipais são o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Abaixo, estão algumas características tributárias comuns aos impostos municipais:

i. IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana):

ii. Fato Gerador: A propriedade, o domínio útil ou a posse de imóveis localizados em áreas urbanas.

iii. Base de Cálculo: Valor venal do imóvel.

iv. Alíquotas: Fixadas pela legislação municipal.

v. Progressividade: Pode haver progressividade de alíquotas em função do valor do imóvel.

ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza):

i. Fato Gerador: Prestação de serviços listados em lei municipal.

ii. Base de Cálculo: Valor do serviço.

iii. Alíquotas: Fixadas pela legislação municipal.

iv. Local de Recolhimento: O município onde o serviço é efetivamente prestado.

v. Outras Características Comuns:

Competência Municipal:

i. Os municípios têm autonomia para legislar sobre seus impostos, observando a Constituição Federal e a legislação nacional.

Vinculação à Finalidade:

i. Os recursos arrecadados com os impostos municipais são destinados, prioritariamente, para a promoção do bem-estar da população local, incluindo a manutenção de serviços públicos municipais.

#### Isonções e Incentivos:

i.A legislação municipal pode prever isenções e incentivos fiscais para determinados setores ou atividades, visando estimular o desenvolvimento econômico local.

#### Arrecadação e Fiscalização:

i.A arrecadação e a fiscalização dos impostos municipais são de responsabilidade da administração tributária do próprio município.

#### Participação na Receita Tributária:

i.Alguns municípios podem receber uma parcela do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um imposto estadual, como forma de participação na receita tributária estadual.

ii.

Tabela 1 - Maiores indústrias em Aracruz/ES

<b>EMPRESA</b>	<b>CAPITAL</b>
ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA.	R\$ 825.929.829,00
IMETAME ENERGIA	R\$ 240.569.570,00
PETRO-VICTORY ENERGIA LTDA.	R\$ 66.373.330,00
IMETAME METALMECANICA LTDA	R\$ 58.200.000,00
CHEMTRADE BRASIL LTDA	R\$ 31.240.476,00
IMETAME MONTE SERRAT MINERACAO	R\$ 8.960.200,00
POLAR 1 CONSTRUCAO NAVAL SPE LTDA	R\$ 8.625.000,00
IMETAME PEDRAS ESTRUTURAIIS	R\$ 4.100.000,00
ENTRACO SERVICOS OFFSHORE BRASIL LTDA	R\$ 4.005.690,00
PETROQUALI CONSULTORIA	R\$ 2.015.000,00
POLLOMAG ENGENHARIA	R\$ 2.000.000,00
VERTICAL PETROLEO	R\$ 2.000.000,00
TCCM TOP COMERCIAL CONSTRUCOA E MINERAIS	R\$ 2.000.000,00
USM OFFSHORE	R\$ 2.000.000,00
VERTICAL METALMECANICA	R\$ 1.600.000,00
EUCABRAZ - PRODUTOS DE EUCALIPTO LTDA	R\$ 1.566.000,00
VANIARTES & VARIADOS	R\$ 1.500.000,00
FIBRAL MANUTENCAO E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA	R\$ 1.200.000,00
MSD MÁQUINAS	R\$ 1.200.000,00
AGUARDENTE DAMA DE OURO	R\$ 1.077.000,00

Fonte: EMPRESASQUI (2023)

Essas informações fornecem uma visão geral das maiores indústrias em Aracruz/ES, com base no capital registrado. Aqui estão algumas análises e observações com base nos dados fornecidos:

Estaleiro Jurong Aracruz LTDA.: Liderando a lista, o Estaleiro Jurong Aracruz LTDA. possui um capital significativo de R\$ 825.929.829,00. Isso sugere que é uma das principais indústrias na região, com recursos financeiros consideráveis.

Imetame Energia: Em segundo lugar, a Imetame Energia também apresenta um capital considerável de R\$ 240.569.570,00. Isso indica uma presença substancial

no setor energético.

Petro-Victory Energia LTDA.: Embora com um capital menor em comparação com os dois primeiros, a Petro-Victory Energia LTDA. ainda contribui significativamente para a economia local, com R\$ 66.373.330,00.

Diversidade Setorial: A lista inclui empresas de diversos setores, como construção naval, metalurgia, energia, mineração, consultoria e engenharia. Isso reflete uma diversidade na base industrial de Aracruz.

Concentração de Capital: As primeiras posições na lista concentram a maior parte do capital total, indicando que algumas indústrias são mais significativas em termos financeiros do que outras.

Participação de Empresas Locais e Nacionais: Além de empresas com atuação nacional, algumas dessas empresas são de origem local, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Potencial de Emprego e Desenvolvimento Local: Empresas com capital substancial geralmente têm o potencial de gerar empregos e contribuir para o desenvolvimento econômico local.

Empresas de Pequeno e Médio Porte: Existem várias empresas na lista com capitais menores, indicando uma presença de empresas de pequeno e médio porte na região.

Essas observações são baseadas unicamente nos valores de capital fornecidos e não levam em consideração outros fatores como receita, lucratividade, número de funcionários ou participação de mercado. Para uma análise mais abrangente, essas informações podem ser consideradas em conjunto com outros dados econômicos e financeiros relevantes.

Tabela 2 - Empresas em Aracruz/ES por Porte Empresarial

<b>TIPO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Microempresa	9.049	85%
MEI	6.567	61%
Médio/Grande Porte	1.086	10%
Pequeno Porte	561	5%

As informações fornecidas representam a distribuição de empresas em Aracruz, classificadas por porte, e o número de empresas em cada categoria. Aqui

está uma análise com base nos dados apresentados:

Distribuição por Porte: Microempresas e MEIs juntas representam a grande maioria das empresas em Aracruz ( $85\% + 61\% = 146\%$ ). Isso sugere que a maioria das empresas na região são de pequeno porte, o que é comum em muitas economias.

Médias/grandes empresas e pequenas empresas (soma de médio/grande porte e pequeno porte) representam  $10\% + 5\% = 15\%$  do total.

Microempresas e MEIs: Microempresas e Microempreendedores Individuais (MEIs) são categorias comuns de pequenos negócios. Essas empresas geralmente têm uma presença significativa em economias locais, contribuindo para o emprego e o desenvolvimento econômico.

Médio/Grande Porte e Pequeno Porte: Empresas de médio/grande porte e pequeno porte representam uma parcela menor do total de empresas, mas ainda desempenham um papel importante na economia, especialmente em termos de contribuição para a receita, investimentos e criação de empregos.

## CONCLUSÃO

Em conclusão, a contribuição fiscal das empresas de grande porte emerge como um pilar essencial para o dinamismo econômico de Aracruz. O impacto vai além dos números nos balanços contábeis, estendendo-se profundamente à qualidade de vida da população e ao desenvolvimento sustentável do município. Ao gerarem empregos, investirem em infraestrutura, e contribuírem significativamente para a arrecadação de impostos, essas empresas não apenas fortalecem o tecido econômico local, mas também criam uma sinergia positiva que impulsiona o crescimento coletivo. É crucial, entretanto, que essa parceria entre as empresas e a comunidade seja pautada pela responsabilidade social e ambiental, assegurando que os benefícios sejam compartilhados de maneira justa e equitativa. Ao manter um equilíbrio entre o sucesso empresarial e a promoção do bem-estar comunitário, Aracruz se posiciona para um futuro próspero e sustentável, onde a colaboração entre o setor privado e a sociedade se converte em um catalisador para o progresso duradouro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. *Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica* (monografias, dissertações e teses). 2. ed. Porto Alegre: SAFE, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortêz, 2002

SANTOS, G. C. DOS. Estudo sobre a arrecadação do IPTU no município de Patos de Minas - MG, no período de 1995 a 2012. *Revista Getec*, v.3, n.5, p. 33–52, 2014.

PERONICO, Danillo Martins; CABRAL, Alysson André Oliveira. Estudo sobre a arrecadação do IPTU no município de Patos – PB, no período de 2003 a 2010. 2011. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal do Brasil (Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Departamento de Economia), Paraíba (PB), 2011.

SANTOS, Geovane Camilo; ANDRADE, Sandro Ângelo. Influência dos gastos sociais sobre o PIB dos municípios da região oeste do Estado de Minas Gerais. *Revista Perquirere*, Patos de Minas, v. 2, n. 9, p. 218-232, 2012. Disponível em: . Acesso em: 16 jul. 2014

SLOMSKI, Valmor; SCARPIN, Jorge Eduardo. Estudo dos fatores condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Disponível em: . Acesso em: 24 jul. 2014.

SANT’AANA, José Mário Bispo. Efeito do gasto público sobre o PIB: um teste empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. Vitória, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em Ciências

Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE).

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. Direito Constitucional Descomplicado. 7o ed. São Paulo: Ed. Método, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Brasília. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sobre-politica-fiscal>>. Acesso em 02. Mar.2019

SOARES, M.; GOMES, E. DO C. O; FILHO, J. R. DE T. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba\*\*. Revista de Administração Pública, p. 469–481, 2011.

VIEIRA, M. A. et al. Condicionantes da Arrecadação Tributária: Uma análise para os Municípios de Minas Gerais. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 36, n. 2, p. 147, 2017.

#### SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

SILVA, Tania Nunes et al. O impacto do planejamento tributário na gestão de agroindústrias leiteiras: Avipal, Elegê e COSUEL. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER, 2005, Ribeirão Preto. Anais eletrônicos... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. Disponível em: . Acesso em: 03 set. 2013.

BALSANELLI, A. Análise empírica da contribuição de melhoria nos município catarinenses no período de 2007 a 2009. Revista Catarinense da Ciência Contábil, p.59-71, Dez – Mar, 2011. Florianópolis. V.10 n°28

EMPRESAQUI (Brasil) (org.). **Listas de empresas em Aracruz, ES: abertas recentemente, maiores empresas, por segmento (CNAE), indústrias, com dívidas e mais!** Minas Gerais: Empresaqui, 2023. 1 p. Disponível em: <https://www.empesaqui.com.br/listas-de-empresas/ES/ARACRUZ>. Acesso em: 11 nov. 2023.